

ATIVIDADE ECONÔMICA

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em junho de 2025

De acordo com os dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), junho de 2025 apresentou um déficit primário de R\$ 41,6 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 171,6 bilhões nesse mês, um crescimento de 1,4% em termos reais, comparativamente ao apurado em maio de 2024, ao passo que a despesa totalizou R\$ 213,2 bilhões, crescimento real de 1,5% na mesma base de comparação. No acumulado do ano, o resultado primário apresenta um déficit de R\$ 7,5 bilhões, a preços constantes de junho, ante o déficit de R\$ 70,1 bilhões no mesmo período de 2024.

Em junho, a receita total registrou um crescimento real de 3,7%, em comparação com o montante arrecadado no mesmo mês de 2024. Esse aumento observado se deu em função da arrecadação de receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que tiveram um crescimento real de R\$ 6,7 bilhões (4,9%). As receitas não administradas pela RFB tiveram uma queda real de arrecadação de R\$ 2,1 bilhões (-8,0%) e as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentaram um crescimento real de R\$ 3,5 bilhões (6,6%). Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, teve um crescimento de R\$ 2,4 bilhões (1,4%) a preços constantes. No acumulado do ano, a receita líquida de transferências registrou uma variação real positiva de 3,0%, somando um crescimento de R\$ 33,6 bilhões a preços constantes, com destaque para a arrecadação das receitas administradas pela RFB – que marcaram no período um acréscimo de 4,7%, aumento real de R\$ 42,5 bilhões. O gráfico 1 demonstra o desempenho da arrecadação no primeiro trimestre de 2025, com a receita total apresentando um crescimento real médio, em relação ao mesmo período de 2024, de 3,6%.

Quanto à despesa total, houve um crescimento em junho, em termos reais, de R\$ 3,2 bilhões (1,5%), em relação ao mesmo mês de 2024. No acumulado do ano até junho, a despesa teve um decréscimo real de R\$ 29,0 bilhões (-2,4%), em comparação ao mesmo período do ano passado, muito influenciado pelo volume significativamente menor de despesas com sentenças e precatórios e de despesas discricionárias do Poder Executivo.

A análise do gráfico 2 mostra que as despesas até junho diminuíram em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução está atrelada ao menor volume de pagamentos de precatórios e à demora na aprovação do orçamento de 2025.

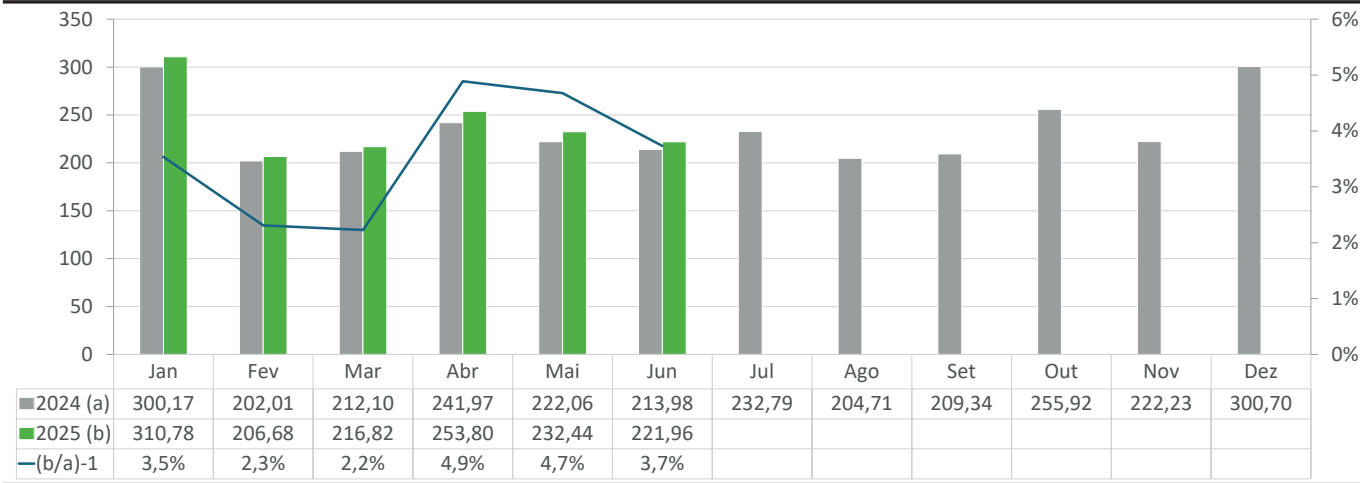
Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

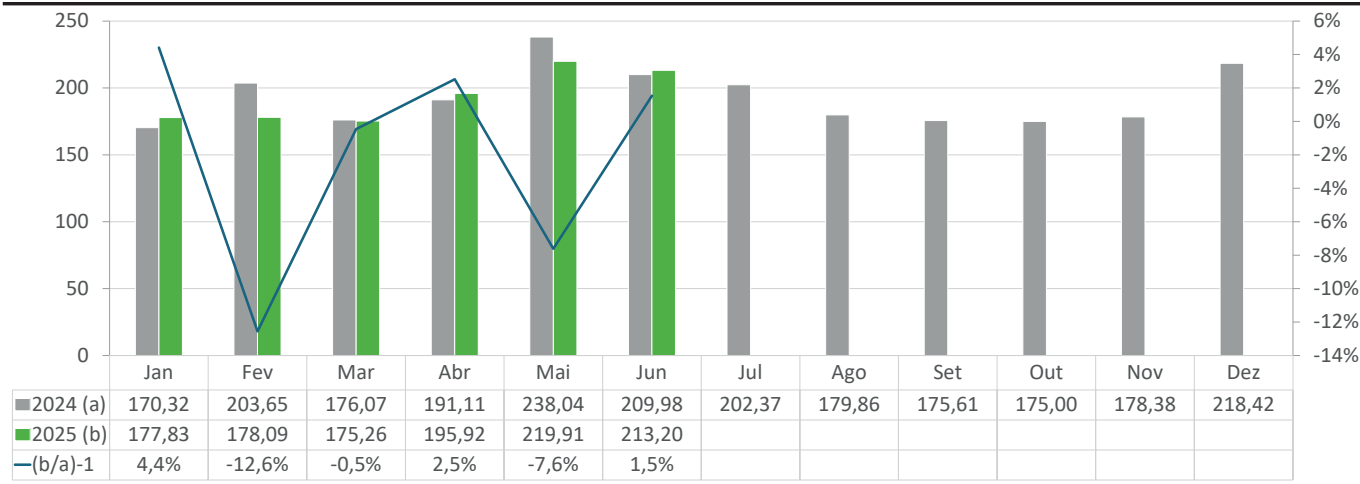
Divulgado em 10 de julho de 2025.

GRÁFICO 1
Receita total: evolução da arrecadação (2024-2025)¹
(Em R\$ bilhões e em %)



Fonte: STN e Siafi.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota: ¹ A preços constantes de junho de 2025.

GRÁFICO 2
Despesa total: evolução da despesa (2024-2025)¹
(Em R\$ bilhões e em %)



Fonte: STN e Siafi.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota: ¹ A preços constantes de junho de 2025.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em junho de 2025 foi registrado um aumento real de R\$ 6,7 bilhões (4,9%) em relação ao mesmo mês de 2024. O crescimento real das receitas administradas ocorreu na maior parte dos itens, com destaque para o forte crescimento do Imposto de Importação, com aumento real de 16,1%, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), com aumento real de 40,3%, e de outras receitas administradas pela RFB, com crescimento real de 265,7%, em comparação ao mesmo mês do ano passado.

No acumulado até junho, a receita total registrou um crescimento real, em comparação com o mesmo período de 2024, de R\$ 50,2 bilhões (3,6%). As principais variações positivas ocorreram nas receitas administradas pela RFB, que tiveram alta de R\$ 42,5 bilhões (4,7%), com destaque para o Imposto de Importação, com aumento de R\$ 10,4 bilhões (29,2%), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com crescimento de R\$ 3,8 bilhões

(9,6%), IOF, com aumento de R\$ 3,1 bilhões (9,0%) e outras receitas administradas pela RFB, com crescimento de R\$ 11,6 bilhões (111,2%).

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes de junho de 2025

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-fevereiro		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	jun./2024	jun./2025		2024	2025		Até jun./2024	Até jun./2025	
1-Receita Total	214,0	222,0	3,7	1.392,3	1.442,5	3,6	2.693,0	2.868,2	6,5
1.1 - Receita Administrada pela RFB	134,9	141,6	4,9	900,1	942,5	4,7	1.671,3	1.821,0	9,0
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	0,1	-	100,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	52,4	55,8	6,6	318,7	332,1	4,2	664,2	687,1	3,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	26,7	24,5	-8,0	173,5	167,9	-3,2	357,6	360,1	0,7
2. Transf. Por Repartição de Receita	44,8	50,4	12,6	273,2	289,8	6,1	517,4	561,0	8,4
3. Receita Líquida (1-2)	169,2	171,6	1,4	1.119,1	1.152,7	3,0	2.175,5	2.307,2	6,1
4. Despesa Total	210,0	213,2	1,5	1.189,2	1.160,2	-2,4	2.447,9	2.289,9	-6,5
4.1 Benefícios Previdenciários	99,7	105,3	5,6	528,8	537,2	1,6	1.028,3	995,9	-3,1
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	30,4	31,3	2,8	184,1	185,2	0,6	402,3	387,3	-3,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	27,5	30,5	10,6	202,6	182,2	-10,1	426,9	356,9	-16,4
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	52,3	46,1	-11,8	273,7	255,6	-6,6	590,4	549,7	-6,9
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	-40,8	-41,6	-2,1	-70,1	-7,5	89,3	-272,4	17,3	106,4

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 2

Governo central: principais componentes da receita a preços constantes de junho de 2025

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-fevereiro		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	jun./2024	jun./2025		2024	2025		Até jun./2024	Até jun./2025	
1-Receita Total	214,0	222,0	3,7	1.392,3	1.442,5	3,6	2.693,0	2.868,2	6,5
1.1 - Receita Administrada pela RFB	134,9	141,6	4,9	900,1	942,5	4,7	1.671,3	1.821,0	9,0
1.1.01 Imposto de Importação	7,0	8,1	16,1	35,5	45,9	29,2	65,4	92,0	40,6
1.1.02 IPI	7,2	7,4	3,1	39,2	43,0	9,6	73,5	92,4	25,7
1.1.03 Imposto de Renda	61,1	65,7	7,5	440,0	459,3	4,4	795,7	845,9	6,3
1.1.04 IOF	5,8	8,1	40,3	34,1	37,2	9,0	69,0	74,3	7,7
1.1.05 Cofins	33,9	30,8	-9,4	188,6	183,9	-2,5	359,6	381,4	6,1
1.1.06 PIS/Pasep	9,0	8,6	-5,2	54,6	52,3	-4,3	103,2	106,9	3,5
1.1.07 CSLL	9,6	8,9	-7,0	96,0	97,5	1,6	167,4	177,4	6,0
1.1.09 CIDE Combustíveis	0,2	0,3	9,1	1,5	1,5	0,6	3,0	3,6	18,6
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	1,0	3,8	265,7	10,4	22,0	111,2	34,4	47,0	36,7
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-0,1	-	-100,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	52,4	55,8	6,6	318,7	332,1	4,2	664,2	687,1	3,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	26,7	24,5	-8,0	173,5	167,9	-3,2	357,6	360,1	0,7
1.4.1 Concessões e Permissões	0,2	0,2	-1,5	3,1	3,0	-3,6	6,7	17,0	154,0
1.4.2 Dividendos e Participações	8,2	2,6	-67,9	37,4	23,8	-36,3	57,9	62,1	7,2
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1,5	1,6	7,8	9,3	8,2	-12,2	19,8	18,4	-6,8
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6,4	6,6	2,6	59,8	66,3	10,9	123,1	131,6	6,9
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	2,3	1,2	-46,2	12,5	11,4	-8,8	23,8	23,6	-0,6
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2,7	2,9	8,6	16,0	17,1	7,0	33,9	35,9	5,8
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	-	-	0,0	0,0	-	0,2	0,1	-58,6
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	5,3	9,3	75,0	35,4	38,1	7,6	92,3	71,5	-22,5
2. Transf. Por Repartição de Receita	44,8	50,4	12,6	273,2	289,8	6,1	517,4	561,0	8,4
3. Receita Líquida (1-2)	169,2	171,6	1,4	1.119,1	1.152,7	3,0	2.175,5	2.307,2	6,1

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; PIS/Pasep – Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

Na análise das despesas apresentadas na tabela 3, observa-se que, em junho, houve um crescimento real de 1,5% em relação ao mesmo período de 2024. Esse aumento foi impulsionado, principalmente, pelos pagamentos de benefícios previdenciários, abono salarial, seguro-desemprego e benefícios de prestação continuada, que juntos registraram um acréscimo de R\$ 8,4 bilhões (7,1%) em comparação com o ano anterior. Tal crescimento foi parcialmente contrabalançado pela redução em outros itens de despesa, destacando-se as despesas discricionárias do Poder Executivo, que apresentaram queda de R\$ 7,3 bilhões (-33,1%) em junho, frente ao mesmo período do ano passado.

As despesas totais acumuladas até junho registraram uma redução real de R\$ 29,0 bilhões (-2,4%) em relação ao mesmo período de 2024, resultado influenciado, principalmente, pelo menor volume de pagamentos de precatórios – antecipados em 2024 –, bem como pela diminuição dos pagamentos de créditos extraordinários e de despesas discricionárias. Em contrapartida, houve aumento real em determinadas categorias de despesas, com destaque para os benefícios de prestação continuada da Lei Orgânica de Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia (Loas/RMV), que cresceram R\$ 6,2 bilhões (10,8%), e para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cujo incremento foi de R\$ 5,6 bilhões (21,9%).

TABELA 3

Governo central: principais componentes da despesa a preços constantes de junho de 2025

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-fevereiro		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	jun./2024	jun./2025		2024	2025		Até jun./2024	Até jun./2025	
4. Despesa Total	210,0	213,2	1,5	1.189,2	1.160,2	-2,4	2.447,9	2.289,9	-6,5
4.1 Benefícios Previdenciários	99,7	105,3	5,6	528,8	537,2	1,6	1.028,3	995,9	-3,1
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	30,4	31,3	2,8	184,1	185,2	0,6	402,3	387,3	-3,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	27,5	30,5	10,6	202,6	182,2	-10,1	426,9	356,9	-16,4
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	9,0	10,6	18,1	49,5	51,9	4,8	79,9	87,4	9,5
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9,7	10,8	11,9	57,1	63,3	10,8	110,1	123,0	11,7
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1,3	0,2	-84,3	9,0	1,6	-82,0	11,0	19,4	77,4
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0	
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	3,7	4,6	25,0	25,8	31,4	21,9	45,7	55,7	22,0
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1,6	1,5	-6,4	9,2	8,7	-5,6	20,4	20,0	-1,7
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,3	0,3	-5,1	2,1	2,0	-5,0	4,3	4,1	-4,7
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	0,3	0,3	-7,6	33,4	2,0	-93,9	91,1	5,1	-94,4
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	0,6	1,4	139,7	10,4	13,1	25,8	24,7	21,5	-13,1
4.3.10 Impacto Primário do FIES	0,1	0,0	-100,0	0,9	0,8	-10,8	1,7	1,5	-11,0
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	0,8	0,6	-24,6	5,2	7,4	41,3	38,2	19,2	-49,8
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	52,3	46,1	-11,8	273,7	255,6	-6,6	590,4	549,7	-6,9
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	30,2	31,3	3,7	183,1	183,9	0,4	368,6	375,8	1,9
4.4.2 Despesas Discricionárias	22,1	14,8	-33,1	90,6	71,7	-20,9	221,8	173,9	-21,6

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Debora Mesquita Pimentel

Felipe dos Santos Martins

Equipe de Assistentes:

Beatriz de Luna Barreto

Marcelo Guedes Pecly

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Equipe Administrativa:

Aline Conceição Santos

Carla Nunes Menezes

Rosanne Rodrigues Barbosa

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
